Floresta

AÇÃO PÚBLICA REDUZ DESMATAMENTO

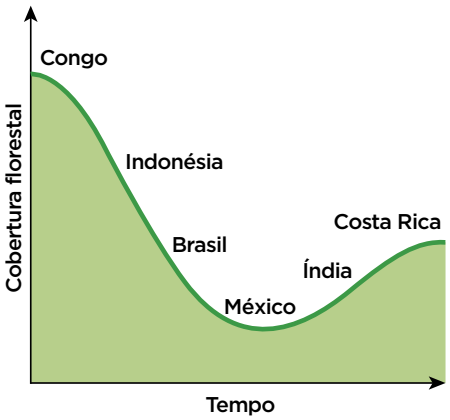
O DESMATAMENTO das florestas tropicais é geralmente relacionado ao crescimento econômico nos países que abrigam estes ecossistemas. Dado que nações em desenvolvimento tendem a apresentar taxas de crescimento econômico elevadas, elas deveriam apresentar mais desmatamento do que o observado em nações desenvolvidas. Tal problema seria agravado pela diferença em termos de regulação e monitoramento ambiental entre o grupo de países.

O argumento acima é reforçado se considerados os diferentes estágios de desenvolvimento presentes em nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Isso porque nações em desenvolvimento geralmente crescem mais no setor agrícola e industrial, que impactam mais diretamente o meio ambiente, enquanto nações mais desenvolvidas geralmente têm a expansão do PIB mais apoiada no setor de serviços, com atividades menos agressivas ao ambiente do que os primeiros.

Em uma perspectiva histórica, é de se esperar que o desmatamento aprofunde-se nos primeiros estágios de desenvolvimento e vá atenuando-se nas fases seguintes. Essa ideia é expressa na "curva de transição florestal", que relaciona o estágio de desenvolvimento à cobertura vegetal das diferentes nações. Variações desta curva relacionam o PIB *per capita* à taxa de desmatamento, buscando demonstrar como nações mais ricas teriam menos incentivos econômicos a desmatar.

Diversos estudos sobre florestas reconhecem as fortes influências do desenvolvimento econômico sobre a preservação. Contudo, outros elementos indiretamente ligados a esse processo também impactam sobre o desmatamento. Estudo recente do Center for Global Development (CGD) – um *think tank* sediado em Washington – considerou 117 casos ao redor do mundo e concluiu que os principais *drivers* de desmatamento seriam o crescimento populacional e a proximidade de aglomerações urbanas junto às florestas.

CURVA DE TRANSIÇÃO FLORESTAL: COBERTURA DE ÁRVORES E ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: The Economist

Nesse sentido, a queda na fertilidade no Brasil, na China e em outras nações com grandes florestas ajuda a explicar a queda no desmatamento ao redor do mundo. Em outras regiões, a migração para as cidades ajuda a explicar a redução no desmatamento, mesmo sem uma redução significativa na taxa de fertilidade. Tais elementos reforçam o argumento da curva mencionada acima, dado que nações em desenvolvimento apresentam maiores taxas de crescimento vegetativo, bem como um acentuado processo de urbanização.

Ainda assim, a realidade desafia a lógica por trás dessa curva em vários casos. A expansão do agronegócio observada no Brasil ao longo da última década deveria levar a uma maior degradação, o que não se observou. Da mesma forma, a expansão industrial e a necessidade de expansão da capacidade de geração de energia deveriam impulsionar o desmatamento. A construção de Belo Monte é emblemática nesse sentido. Contudo, a taxa de desmatamento no Brasil caiu sensivelmente nos últimos dez anos.

O caso oposto também pode ser observado. A Indonésia apresentou redução considerável na taxa de crescimento populacional e incremento da produção agrícola, o que acarretou uma das maiores taxas de desmatamento do mundo. Assim, questiona-se qual seria a principal diferença entre casos de sucesso, como o Brasil, e fracassos, como o observado na Indonésia. A resposta está justamente na atuação do Estado por meio de políticas públicas que possam conter o processo de desmatamento gerado pelo processo de crescimento econômico.

Ao se analisar o caso brasileiro, observa-se uma mudança rápida nas taxas de desmatamento como resultado direto das políticas de controle implementadas pelo Estado a partir do governo FHC e aprofundadas nas gestões posteriores. O desenvolvimento de uma legislação mais rígida, bem como a melhora nos mecanismos de monitoramento e controle, permitiu uma redução do desmatamento[1].

Dessa comparação, pode-se inferir uma importante lição: apesar dos elementos considerados na curva da transição florestal possuírem um elevado poder explicativo, sua interpretação não deve remeter-nos a uma visão determinística de que o estágio de desenvolvimento econômico determina o nível de desmatamento.

Ao se analisar casos como o brasileiro, fica evidente que esse determinismo não corresponde à realidade, havendo grande espaço para atuação de agentes públicos na redução do desmatamento. E isso pode ser feito sem comprometer o crescimento econômico, até mesmo aquele baseado em atividades agrícolas. ■

1 Ver o artigo "Queda no desmatamento da Amazônia: ação inteligente", na edição de agosto de 2014 da revista ***Agroanalysis***